

DESASTRE NA BACIA DO RIO DOCE

Desafios para a universidade e para instituições estatais

Cristiana Losekann e Claudia Mayorga

ORGANIZADORAS



DESASTRE NA BACIA DO RIO DOCE

Cristiana Losekann
Claudia Mayorga
ORGANIZADORAS

DESASTRE NA BACIA DO RIO DOCE

Desafios para a universidade e para instituições estatais



Copyright © 2018 dos autores
Copyright © 2018 desta edição, Letra e Imagem Editora.

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98)

Revisão: Luciana Bastos Figueiredo
Fotografia de capa: Diego Kern Lopes

CONSELHO EDITORIAL

Felipe Trotta (PPG em Comunicação e Departamento de Estudos Culturais e Mídia/UFF)
João Paulo Macedo e Castro (Departamento de Filosofia e Ciências Sociais/Unirio)
Ladislau Dowbor (Departamento de pós-graduação da FEA/PUC-SP)
Leonardo De Marchi (Faculdade de Comunicação Social/Uerj)
Marta de Azevedo Irving (Instituto de Psicologia/UFRJ)
Marcel Bursztyn (Centro de Desenvolvimento Sustentável/UNB)
Micael Herschmann (Escola de Comunicação/UFRJ)
Pablo Alabarces (Faculdade de Ciências Sociais/Universidad de Buenos Aires)
Roberto dos Santos Bartholo Junior (COPPE/UFRJ)

Realização:



e Observatório Interinstitucional
Mariana Rio Doce

Publicação realizada com o apoio do PROEXT-MEC/SESu, FAPEMIG e CNPq

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

L879d Losekann, Cristiana

Desastre na bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais / Cristiana Losekann, Claudia Mayorga. - Rio de Janeiro: Folio Digital : Letra e Imagem, 2018.
216 p. : il. ; 15,5cm x 23cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN 978-85-5473-007-9

1. Ciências Sociais. 2. Geografia. 3. Brasil. 4. Desastre de Mariana. 5. Rio Doce. I. Mayorga, Claudia. II. Título

2018-534

CDD 363
CDU 36

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:
Ciências Sociais : Desastres 363
Ciências Sociais : Desastres 36

www.foliodigital.com.br

Fólio Digital é um selo da editora Letra e Imagem
tel (21) 2558-2326
letraimagem@letraimagem.com.br
www.letraimagem.com.br

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	7
Para pensar a pesquisa-extensão – Apresentando a <i>Arena Itinerante Grandes Empreendimentos e o Desastre da Samarco</i> realizada com os atingidos pelo desastre <i>Cristiana Losekann</i>	11
Diálogos de saberes em meio ao desastre: Reflexões e práticas a partir do Organon – Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais <i>Rafaela Silva Dornelas</i>	45
Trabalho e Memória como Categorias de Reconstrução: Observatório Interinstitucional da Tragédia Mariana – Rio Doce na UFOP <i>Carolina Saraiva, Margareth Diniz e Iaísa Magalhães</i>	71
Metodologias participativas como estratégias de ensino e intervenção em contextos de desastres <i>Débora Diana Rosa, Leticia Cardoso Barreto e Claudia Mayorga</i>	97
Desafios para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do Rio Doce <i>Bruno Milanez, Tatiana Ribeiro de Souza, Karine Carneiro, Manoela Carneiro Roland e Cristiana Losekann</i>	121
O acordado sai caro, e muito caro! Percepções iniciais da Defensoria Pública acerca dos processos indenizatórios da Bacia do Rio Doce <i>Rafael Mello Portella Campos e Mariana Andrade Sobral</i>	147
A atuação do Ministério Público para garantir a participação dos atingidos no processo de reparação dos direitos violados pelo rompimento da barragem de Fundão operada pela Samarco em Mariana <i>Guilherme de Sá Meneghin e Nívia Mônica da Silva</i>	171
<i>Sobre as autoras e os autores</i>	205
<i>Sobre os grupos de pesquisa e instituições</i>	211

Desafios para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do Rio Doce

Bruno Milanez

Tatiana Ribeiro de Souza

Karine Carneiro

Manoela Carneiro Roland

Cristiana Losekann

As minas estão ... longe das cidades ... e debaixo da terra ... onde ninguém quer ir. ... Ninguém fala de mineração, a não ser que haja um acidente ou que o preço do ouro suba nas alturas ... Você não sabe muito sobre as minas? Bem, as minas não são de falar muito ...

(DESJARDINS & MONDERIE, 2011)

APRESENTAÇÃO

O presente artigo foi elaborado como um esforço colaborativo da Rede de Pesquisa Rio Doce, que é composta por pesquisadoras e pesquisadores dos grupos de pesquisa e extensão GEPISA, Homa, PoEMAS e Organon¹. A Rede foi constituída a partir do encontro de cientistas que buscavam, dentro das ciências humanas e sociais, não apenas desenvolver

¹ Respectivamente: Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Homa – Centro de Direitos Humanos e Empresas; Organon – Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilização Social, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e PoEMAs – Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

uma pesquisa crítica sobre o rompimento da barragem de Fundão, mas também construir conhecimentos e saberes em parceria com as comunidades atingidas e que fossem importantes para subsidiar a luta dessas comunidades por seus direitos.

Nos primeiros meses que sucederam ao rompimento da barragem de Fundão diversos atores se apresentaram como interessados nos seus desdobramentos, entre entidades de classe, imprensa, instituições de ensino (nestas incluídos os grupos de pesquisa e extensão), organizações estatais e não estatais, poderes públicos em suas distintas escalas, movimentos sociais, coletivos de interesse social, grupos religiosos e até empresas. Junto com essa avalanche de atores instalou-se também um clima de desconfiança, pois no primeiro momento não era possível identificar os interesses ali representados e tampouco se sabia com clareza que havia uma disputa sendo travada, com polos diametralmente opostos, tendo as empresas responsáveis pelo desastre de um lado (Samarco, Vale e BHP Billiton) e as pessoas atingidas do outro lado.

Com o passar do tempo, alguns perderam o interesse e se afastaram do conflito que se aprofundava ao longo dos territórios afetados pelos rejeitos – principalmente se considerarmos a presença e permanência nas áreas atingidas –, conformando um número muito mais reduzido e mais claro a respeito dos seus interesses e posicionamentos em relação aos direitos das pessoas atingidas e à postura adotada pelas empresas causadoras dos danos. Novos atores foram também se aproximando, a cada desdobramento das negociações judiciais e extrajudiciais dos conflitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, mas, depois de alguns meses após o colapso da barragem, até mesmo a forma de aproximação do conflito já servia como indicativo acerca do posicionamento desses atores e o que se podia esperar deles.

Foi nesse contexto que a Rede de Pesquisa Rio Doce se formou, entre o primeiro e o segundo ano após o rompimento da barragem, no processo de identificação de parceiros e interesses representados; a partir de convergência nas visões de mundo e do papel da academia; bem como da preocupação com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; no compartilhamento da compreensão de que a universidade pública deve estar a serviço da sociedade, principalmente daqueles que sofrem a maior parte dos impactos causados pela sociedade desigual na qual vivemos. A esses pontos de convergência entre os grupos que

integram a Rede somam-se o compromisso com os direitos das pessoas atingidas e a postura orientada pela ética da alteridade e pelo princípio da centralidade do sofrimento da vítima em situações de conflitos socioeconômicos e ambientais.

Na trajetória acadêmica construída pela Rede de Pesquisa Rio Doce destacam-se momentos importantes para o estabelecimento de uma identificação e confiança entre os grupos que a integram, entre estes e outros parceiros e, sobretudo, entre a Rede e as pessoas atingidas. Podemos enumerar como eventos determinantes para a formação da Rede a organização dos “Seminários de Balanço” do desastre de Fundação, de 6 meses (realizado em Mariana/MG), 1 ano (realizado em Ouro Preto/MG) e 2 anos (realizado em Vitória/ES); o desenvolvimento de projetos conjuntos, como a oficina de “Direitos Humanos e Mineração” promovida pelo Homa, o livro “Desastre no Vale do Rio Doce”, organizado conjuntamente pelo Organon e pelo PoEMAS, a participação no IV Seminário Internacional de Direitos Humanos e Empresas, a Arena Itinerante do Organon, a mesa conjunta, denominada “Sessão Livre – Impactos da Mineração na Dimensão Socioespacial”, apresentada no XVII ENANPUR²; a participação articulada no Grupo de Trabalho junto à Força Tarefa do Ministério Público Federal para o caso do Rio Doce e, por fim, a proposição de ingresso conjunto, perante o Juízo da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, como *Amici Curiae* (Amigos da Corte), na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal para a reparação integral dos danos sofridos pelas pessoas atingidas.

Como esforço de sistematizar um pouco dessa experiência, o presente texto oferece algumas reflexões acerca dos desafios de se produzir pesquisa científica crítica no contexto de ataque às universidades públicas e de assédio de grandes empresas aos grupos de pesquisa e pesquisadores independentes. Acrescente-se a esse contexto a particularidade de se fazer pesquisa crítica sobre a mineração nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, responsáveis por considerável parcela das operações de extração mineral no país, incluindo a infraestrutura logística (sob a forma de ferrovias, minerodutos e portos) que as conectam ao mercado global.

² Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

No primeiro tópico trataremos da chamada “mobilização estratégica da ciência”, que corresponde ao uso do discurso científico como dispositivo para justificar as práticas corporativas danosas à natureza e à sociedade, além de manter o setor distante da crítica social. Em seguida, abordaremos o poder e as estratégias de acesso à decisão utilizadas pelas mineradoras, com especial destaque para o financiamento da pesquisa científica. Posteriormente, abordaremos a reação das mineradoras à crítica e a forma como elas utilizam o discurso binário nós/eles como estratégia de desqualificação dos opositores do atual modelo de mineração, apontando-os como ignorantes e opositores da tecnologia e do desenvolvimento. Ainda neste tópico serão abordados os conceitos de “anosognosia” e de “duplipensamento”, como tentativa de compreender o comportamento dos agentes corporativos e seus subordinados em relação ao consentimento e até à defesa de práticas que são inequivocamente danosas. Na seção seguinte, debateremos sobre a captura acadêmica realizada pelas mineradoras, em particular no contexto do rompimento da barragem de Fundão, e apresentamos alguns dos nossos referenciais epistemológicos baseados em uma perspectiva crítica. Depois, ainda faremos algumas referências a especificidades da realização do trabalho de campo no contexto do Rio Doce. Então, apresentaremos nossas considerações finais, onde ressaltamos a necessidade de uma pesquisa que seja construída em conjunto com as pessoas atingidas como forma de construir/compartilhar conhecimento e, ao mesmo tempo, promover a mobilização política de forma a tentar superar os desafios encontrados.

A MOBILIZAÇÃO ESTRATÉGICA DA CIÊNCIA

Todo tipo de ação predatória e/ou opressora consentida socialmente, ou pelo menos não repudiada, precisa de uma justificativa moral que a sustente. Foi assim, como afirma Wallerstein (2007), ao analisar os processos de intervenção ao longo da Modernidade, que os europeus sustentaram as invasões e a consequente colonização das Américas, a partir do final do século XV, sob a justificativa moral da “civilização” dos “povos selvagens” encontrados no Novo Mundo, além do dever moral de salvar essas almas pagãs. No século XX, os países ocidentais mantiveram territórios sob o seu domínio político e econômico utilizando

a justificativa moral de levar desenvolvimento para povos considerados “subdesenvolvidos”. Com o avanço da descolonização, entretanto, deu-se início à construção de uma nova justificativa moral para a intervenção: a defesa dos Direitos Humanos e dos processos democráticos aonde tais valores não são respeitados.

Da mesma forma que não se admitiria a intervenção de um povo sobre outro sem um dispositivo discursivo que a justificasse, não se admitiria a depredação ambiental, inerente ao processo extrativista mineral, sem a construção de uma justificativa moral social e economicamente aceita. Neste sentido, o final do século XX foi prodigioso ao promover o discurso da sustentabilidade³, que corresponde basicamente ao discurso da compatibilização entre preservação de recursos, crescimento econômico e justiça social – uma falácia matemática sustentada pela fé na tecnologia (SACHS, 2000).

Apropriando-se da narrativa da sustentabilidade, reproduzida em legislações permissivas e em estratégias de marketing, as empresas do setor extrativo mineral encontram, a despeito dos seus críticos, a justificativa moral necessária para seguirem promovendo danos socioambientais por meio de práticas predatórias, tanto do ponto de vista ambiental quanto humano e econômico (KIRSCH, 2010). Entretanto, o discurso da sustentabilidade por si só não seria suficiente para a obtenção do “consentimento para depredar” (a natureza, os territórios e os povos atingidos), ele precisa estar amparado por uma estratégia comunicacional que internalize os preceitos economicistas e desenvolvimentistas que justificam o modelo extrativista vigente.

Não é nenhum segredo para os setores políticos, industriais e empresariais que uma das maneiras mais eficientes de obter consentimento é pela naturalização dos processos constituintes dos respectivos sistemas (políticos, industriais e empresariais). Neste sentido, é parte da engrenagem extrativista confrontar a crítica a essa naturalização por meio do convencimento social de que “minerar é preciso”, porque somos dependentes dos produtos derivados da mineração e, portanto, este setor econômico encontra-se em um campo pré-discursivo. Essa estratégia mantém-se bem-sucedida enquanto as externalidades negativas são mantidas

³ Sobre o tema, conferir Dale (2018); Sachs (2000); Zhouri, Laschefski, Pereira (2005).

distante dos olhos dos “consumidores da mineração”, o que se torna impossível diante de desastres de grande repercussão, como, por exemplo, o rompimento da barragem de Fundão, que fazem emergir a crítica social.

Podemos considerar que o discurso da sustentabilidade como justificativa moral para o modelo extrativista predatório e violador de direitos humanos perde potência diante da ocorrência de grandes desastres sociotécnicos⁴ – que também comprometem a credibilidade na tríade crescimento econômico/preservação de recursos/justiça social –, que ensejam novos dispositivos discursivos para sustentar as práticas que produzem esses mesmos desastres. É principalmente nesses momentos que as empresas se socorrem do discurso científico como justificativa moral para lidar com a crítica social e construir uma ideia de que estão fazendo as correções necessárias para que as coisas permaneçam iguais.

Para analisar como algumas corporações específicas lidam com a crítica social, Benson e Kirsch (2010a) cunharam o conceito de “indústrias danosas” (*harm industries*), que, segundo eles, seriam “empresas capitalistas cujas práticas têm um pressuposto destrutivo ou danoso às pessoas e ao meio ambiente: o dano é parte ou parcela de seu funcionamento normal” (p. 461). Note-se aí a utilização da estratégia da naturalização do sistema, como afirmamos anteriormente. Ao longo do seu texto, os autores tentam apresentar evidências de um padrão no comportamento das empresas pertencentes a esses setores⁵ ao tentarem responder aos questionamentos que recebem. Os autores identificam três fases nestas respostas: (1) negação, (2) reconhecimento e acomodação, e (3) envolvimento estratégico⁶.

A fase de negação é bastante óbvia, ela consiste na recusa do envolvimento público com os críticos e assim tenta limitar a definição de pas-

⁴ Zhouri, Oliveira, Zucarelli, e Vasconcelos (2018, p. 40) utilizam o termo sociotécnico, ao invés de tecnológico, para “ênfatisar um processo deflagrado para além de uma avaria ou erro meramente técnico, remetendo-nos, assim, às falhas da governança ambiental, produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população ao risco”.

⁵ Em seu estudo eles focam a discussão nos setores do tabaco e da mineração, mas esta classificação poderia ainda ser atribuída a outros segmentos como agrotóxicos, armamentos e combustíveis fósseis.

⁶ Os autores reconhecem que essas fases são dinâmicas e que as empresas podem lançar mão de qualquer uma delas em diferentes momentos.

sivos ou externalidades. Estratégias fundamentais nessa fase são a geração da dúvida e a fabricação de incertezas. Na fase de reconhecimento e acomodação, por sua vez, as empresas aceitam que existe um problema, mas se limitam a ações simbólicas de remediação. Dessa forma, buscam garantir não ter que pagar todo o custo do dano causado. Por fim, as empresas somente entram na fase de envolvimento estratégico quando percebem que os problemas enfrentados por uma corporação específica podem causar danos a todo o setor, provocando falências ou perdas catastróficas. Nesse momento, as corporações aceitam debater as questões com seus críticos, buscando influenciar na legislação ou nas medidas que irão ser tomadas para “resolver” o problema.

Em todas as fases levantadas por Benson e Kirsch (2010a) existe um papel crucial da ciência. Kirsch (2014) ilustra como a BHP passou por essas fases ao lidar com a contaminação do Rio Ok Tedi, na Papua Nova Guiné pelo lançamento de rejeitos de mineração de ouro e cobre entre os anos 1980 e 1990⁷. Dentre as estratégias utilizadas pela empresa, o autor menciona a naturalização dos impactos, erros sistemáticos de medição, seletividade na análise dos dados e controle da informação de forma a limitar a efetividade dos grupos de contestação.

O que vem sendo constatado pela Rede de Pesquisa Rio Doce, é que no caso do rompimento da barragem de Fundão está repetido esse mesmo padrão. A primeira postura das empresas responsáveis pelo desastre pode ser caracterizada com a “fase da negação”, quando prevalecia a recusa do envolvimento público com os críticos e imperava a desinformação acerca de diversas questões, tais como: o risco de novo rompimento de barragem no Complexo Germano, onde se localiza a barragem de Fundão, além de outras duas (Santarém e Germano); a contenção do rejeito restante na barragem de Fundão; a toxicidade da lama de rejeitos e o conhecimento prévio do risco de rompimento da barragem.

A fase de “reconhecimento e acomodação”, no caso do Rio Doce, pode ser caracterizada principalmente, pelas ações emergências e sim-

⁷ Um estudo cuidadoso do caso de Ok Tedi é necessário para aprendizado sobre as “soluções corporativas” propostas para lidar com o desastre no Rio Doce. Naquela ocasião, a BHP criou uma fundação com sede em Singapura para quem doou as suas ações da Ok Tedi Mining Ltd, de forma a não ser responsabilizada por quaisquer efeitos futuros da contaminação do Rio. Depois disso, a empresa encerrou suas atividades na região.

bólicas, principalmente após o rompimento da barragem. Dentre essas ações, estão o envio de água para as cidades que tiveram seu abastecimento cortado, a proposta de uso da acácia negra como sistema de tratamento da água do Rio Doce. Além dessas, porém, há também gestos simbólicos como a assinatura de convênio entre a Fundação Renova e o Instituto Terra, de Sebastião Salgado, como forma de produzir certa legitimidade e capturar parte do prestígio a partir da associação do nome da Fundação com o do fotógrafo. Ao tomar tais decisões, as empresas demonstram aceitar a existência de um problema, mas se limitam a ações de remediação, a fim de garantir que não pagarão integralmente a reparação do dano causado.

A terceira fase de resposta aos questionamentos que as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton receberam pelas medidas tomadas para o caso do Rio Doce, denominada “fase de envolvimento estratégico”, pode ser considerada como iniciada após a assinatura do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, que as mineradoras assinaram com órgãos do governo federal e dos governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A partir desta assinatura, há a criação da Fundação Renova que passa a assumir a responsabilidade pelo processo de identificação de atingidos e negociação das compensações e indenizações, num processo de privatização da implementação da política ambiental (SANTOS & MILANEZ, 2018). Em alguma medida, pode-se afirmar que a partir desse momento, as corporações aceitaram debater as questões com parcela dos seus críticos, buscando influenciar nas medidas que irão ser tomadas para “resolver” o problema, tal como Benson e Kirsh indicam que acontece na terceira fase.

Em todas essas práticas existe um papel fundamental da ciência e dos cientistas, como se pode constatar no caso do Rio Doce, que já foi protagonista de uma espécie de “guerra de laudos” e se vê às voltas com um verdadeiro assédio, por parte das empresas e da Fundação que as representa, aos grupos de pesquisa e às Universidades, a fim de terem as suas condutas validadas pelo discurso científico. É esse cenário que consideramos, no caso do Rio Doce, como caracterizador da manipulação e mobilização estratégicas da ciência, por parte das empresas, como forma de se relacionar com os seus críticos, tal como previa Kirsch (2014).

O PODER DAS MINERADORAS E A DINÂMICA DA “PORTA GIRATÓRIA”

Em seu estudo sobre o poder das companhias globais, Fuchs (2013) sistematiza de forma bastante didática a literatura sobre as dimensões do poder corporativo. Uma das perspectivas teria a natureza baseada no estruturalismo material, análise do poder profundamente associada à economia capitalista, uma vez que “em sociedades capitalistas o crescimento é dependente das corporações, as eleições são frequentemente dependentes do crescimento e, portanto, políticos são incentivados a responder às demandas para fazer a economia crescer” (PORTER & BROWN, 2013, p. 99). Como resultado dessa estrutura, muitos políticos tenderiam a ver de forma positiva as parcerias com as corporações, de maneira a serem associados a qualquer incremento na economia que elas venham a gerar. Fuchs (2013) ainda menciona uma dimensão ideacional, que seria baseada na criação de símbolos e narrativas. Por fim, ela define que existe uma interpretação instrumentalista deste poder, que adota uma perspectiva relacional e foca na influência direta das corporações sobre o governo. Manifestações dessa natureza podem ser identificadas no financiamento de campanhas políticas, no *lobby* e no uso da “porta giratória”.

Detalhar como cada uma dessas perspectivas se manifesta no Brasil, em geral, e em Minas Gerais e no Espírito Santo, em particular, está além dos objetivos deste texto, a despeito da sua relevância e indubitável presença nas relações entre o Estado e as corporações mineradoras no Brasil. A questão do estruturalismo material, por exemplo, pode ser facilmente identificada nas justificativas de recolhimento de *royalties* e da geração de emprego. A manifestação ideacional, por sua vez, é particularmente forte no estado de Minas Gerais, onde comumente se remete à sua “vocação mineral” para justificar a expansão do setor (cf. RUIZ & DINIZ, 2016). Entretanto, considera-se detalhar um pouco mais a perspectiva instrumentalista por ter um impacto mais direto e objetivo sobre a atuação dos diferentes níveis de governo no caso do desastre no Rio Doce e nas pesquisas sobre o tema.

Embora o financiamento de campanha por empresas tenha sido declarado inconstitucional pela Justiça e vetado na Minirreforma Eleito-

ral⁸, o contexto em que ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, em 2015, ainda era fortemente influenciado por esta prática. Estudos sobre o financiamento do legislativo federal mostraram que grande parte dos integrantes da Comissão Especial que debateu o Código Mineral na Câmara dos Deputados, entre os anos de 2013 e 2015, haviam sido financiados por empresas mineradoras (OLIVEIRA, 2013, 2015). Também no caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, dentre os deputados que compõem a Comissão Extraordinária de Barragens, 18 receberam doações de mineradoras para as campanhas eleitorais (TSE, 2015). Situação semelhante se vê no caso do poder executivo, uma vez que a campanha da ex-presidente Dilma Rousseff e dos governadores Fernando Pimentel (MG) e Paulo Hartung (ES) receberam financiamento de empresas do grupo Vale (COELHO, MILANEZ, & GIFFONI PINTO, 2016).

Este tipo de estratégia das corporações, de garantir a sua influência direta sobre os governos por meio do financiamento das campanhas eleitorais, caminha paralelamente ao que se denomina “porta giratória”. Esta tática consiste na circulação de funcionários das empresas para cargos de confiança no governo, ou na contratação por grandes empresas de servidores públicos que estiveram em cargos públicos estratégicos. Tais práticas têm sido largamente utilizadas pelo setor mineral, tanto em escala estadual (ao menos em Minas Gerais) como federal. Por exemplo, no estado de Minas Gerais, Sávio de Souza Cruz, que foi Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, entre 2015 e 2016, havia sido fundador da Ambio Geologia e Engenharia Ambiental Ltda., empresa que prestava consultoria ambiental para mineradoras. Mais recentemente, Aline Faria Souza Trindade, ex-chefe

⁸ A contribuição de empresas a campanhas eleitorais e partidos políticos foi declarada inconstitucional em setembro de 2015, no julgamento que decidiu pela procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4650, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente o pedido da OAB contra disposições da Lei das Eleições (Lei 9.504/1997) e da Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995). Posteriormente, em novembro do mesmo ano, foi sancionada, com veto no mesmo sentido, pela Presidente Dilma, a Lei da Minirreforma Eleitoral aprovada pelo Congresso Nacional, Lei n. 13.165/15, que modificou dispositivos da Lei n. 9.504/97 (Lei das Eleições); Lei n. 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos) e Lei n. 4.737/65 (Código Eleitoral).

de gabinete e ex-vice-presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), pediu uma licença de dois anos e, durante esse período, foi contratada pela Anglo American para viabilizar o licenciamento ambiental da expansão do Projeto Minas-Rio (MACIEL, 2018).

A situação não é muito diferente no âmbito da União, pois depois que Vicente Humberto Lôbo Cruz (ex-diretor da Vale Fertilizantes) foi escolhido pelo governo Temer para o cargo de Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral no Ministério de Minas e Energia, ele indicou ex-diretores da Vale e consultores de mineradoras para todos os quatro cargos de diretoria de sua Secretaria (MILANEZ, COELHO, & WANDERLEY, 2017).

Infelizmente, e igualmente lamentável, a “porta giratória” enquanto tática corporativa também é comum na área da pesquisa. Como exemplo podemos citar o caso de Luiz Eugenio Araujo de Moraes Mello, que foi, entre 2009 e 2018, o Diretor Presidente do Instituto Tecnológico Vale (ITV), depois de ter sido Coordenador Adjunto da Diretoria Científica da FAPESP entre 2003-2006 (MELLO, 2018). Da mesma forma, Sandoval Carneiro Júnior assumiu a Gerência-Geral de Parcerias e Recursos do ITV em 2011, depois de ter sido Diretor de Relações Internacionais da CAPES entre 2008 e 2011 (CARNEIRO JÚNIOR, 2016). Durante o exercício de ambos houve uma grande aproximação entre as agências de fomento à pesquisa e a Vale. Em 2009, mesmo ano da posse de Mello, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre Vale, FAPESP, FAPEMIG e FAPESPA (FAPESP, 2015) e a partir dessa experiência outras parcerias se seguiram. Em 2015, por exemplo, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre a Vale e a CAPES (DOU, 2015) e outro entre Vale, FAPERJ e FAPES (FAPERJ, 2015). Em termos gerais, esses convênios garantiam aporte de recursos do ITV para as Fundações e, em geral, estabeleciam a participação do Instituto da Vale na definição dos parâmetros de tais editais.

Além de tornar-se evidente a tendência a uma redução da independência das Fundações nas escolhas dos projetos a serem financiados por elas, o que vem ocorrendo com a utilização da “porta giratória” no campo da pesquisa, pelo menos no caso acima descrito, é a transferência de parte de seus recursos financeiros e humanos para atender a demandas da Vale – o que não deixa, é claro, de dar legitimidade científico-acadêmica para tais demandas.

O SETOR MINERAL E A NEGAÇÃO DA CRÍTICA: ENTRE A “ANOSOGNOSIA” E O “DUPLIPENSAMENTO”

As empresas mineradoras possuem uma grande dificuldade em lidar com a crítica, que representa uma ameaça ao setor, por tornar flagrante que determinadas práticas jamais deveriam ter sido admitidas e mantidas por elas. O resultado dessa postura é a rigidez do modelo predatório, pouco suscetível às mudanças que poderiam diminuir riscos, e por consequência os danos ambientais e sociais decorrentes da atividade extrativa mineral. David Humphreys (2015), ex-economista chefe da mineradora australiana Rio Tinto, reconhece que, tradicionalmente, o setor mineral adota uma postura defensiva e que representantes das empresas tendem a repetir que a mineração é incompreendida e que as críticas surgem da ignorância do público.

Pela experiência da Rede de Pesquisa Rio Doce, no acompanhamento dos desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão, a postura defensiva apontada por Humphreys (2015) tem sido reproduzida pelos funcionários das mineradoras envolvidas no desastre, quando estes se pronunciam publicamente. Há uma tendência de tentar capturar a opinião pública sob o argumento de que todos usamos aparelhos celulares, temos ou desejamos ter um automóvel, precisamos da tecnologia e isso representa a mineração, que eventualmente sofre efeitos colaterais, que são os chamados “acidentes” do setor. É com base nesse discurso que os funcionários das mineradoras concluem que a mineração é incompreendida e que as críticas a ela são resultado da ignorância ou implicância de movimentos sociais.

Um perfil de comportamento semelhante é apresentado por Alistair MacDonald (2002), consultor do setor mineral, ao avaliar o comportamento das mineradoras na América do Norte. Segundo o autor, empresas do setor usualmente criam um discurso de “nós contra eles”, em grande parte porque se sentem frustradas quando sua voz se mostra pouco efetiva, ao tentarem se opor às críticas recebidas. Nos círculos onde se tem discutido o caso do Rio Doce, essa postura das empresas se torna também evidente, especialmente pela redução da oposição ao setor como “aqueles que são contra a mineração”, como se o que estivesse em jogo fosse um mundo com produtos derivados da mineração ou um mundo sem eles. Essa tem sido uma das estra-

tégias mais eficientes para evitar a discussão acerca de outro modelo de mineração.

Por exemplo, em setembro de 2016, um dos autores deste texto realizou uma reunião com representantes do Instituto Tecnológico da Vale (ITV) para avaliar a possibilidade de uma pesquisa junto a funcionários da empresa. O objetivo da pesquisa seria entender como determinadas decisões eram tomadas em termos de investimento, relacionamento com a comunidade, vínculos com o Estado etc. Logo no início da reunião os interlocutores informaram que tinham lido trabalhos do autor e que a empresa não via motivos para colaborar com tal pesquisa, uma vez que ela seria “contra a mineração”, repetindo a postura do “nós” e “eles”. Apesar dos esforços para explicar que o pesquisador era “crítico” à forma como se minerava e que entendia que a crítica era uma necessidade para o aprimoramento das práticas do setor, a possibilidade de tal pesquisa não foi aceita. Nas palavras do interlocutor: “Eu não estou fechando as portas para você, as portas já estão fechadas”. Como o acesso à informação é uma condição para responder a perguntas de pesquisa, muitas perguntas ficam sem resposta, porque as empresas não as fazem e não permitem que outros as façam.

Essa indisposição para ouvir e considerar críticas parece ir além da questão da simples negação racional e se mostra, em alguns casos, como a incapacidade de identificar a existência de problemas no seu modo de operação. Esse tipo de comportamento é frequentemente identificado como sintoma de algumas doenças mentais graves. Em termos clínicos, a chamada “anosognosia” consiste na perda da habilidade de um paciente de entender ou perceber que possui uma doença. Em termos sociais, alguns representantes e trabalhadores do setor parecem ter perdido a capacidade de perceber os danos que a mineração causa à sociedade ou ao meio ambiente.

Existem outras situações, porém, onde o discurso do setor entra em clara contradição, sem que seus representantes a percebam. Não é incomum que exista o reconhecimento de que é impossível minerar sem causar impactos ambientais (cf. BIANCHETTI, 2016), enquanto ao mesmo tempo se afirma que a mineração é sustentável (IBRAM, 2012). Essa aparente esquizofrenia parece se aproximar do que Thomas Pynchon (2009) denominou como “dissonância cognitiva”, que expressa uma contradição tão assimilada pelos seus enunciadores que toma aparência

de algo perfeitamente possível, nesse caso causar significativo impacto ambiental e, ao mesmo tempo, ser sustentável.

Ao comentar sobre esse processo cognitivo, Erich Fromm (2009) fez referência à noção de “verdade móvel” (*mobile truth*), proposta por Harrington (1959)⁹. Segundo Fromm (2009, p. 374): “O que importa é que, enquanto sirvo a essa corporação em particular, tal afirmação passa a ser ‘minha’ verdade e abro mão de questionar se ela é uma verdade objetivamente válida”. Essa noção de dissonância cognitiva é também descrita por George Orwell, na obra *1984*, como o conceito de “duplipensamento” (*doublethink*)¹⁰:

A palavra-chave no caso é negribranco [*blackwhite*]. [...] Aplicada ao membro do Partido, manifesta a leal disposição de afirmar que o negro é branco sempre que a disciplina do Partido o exigir. Mas significa ao mesmo tempo a capacidade de *acreditar* que o negro é branco e, mais, de *saber* que o negro é branco, e de esquecer que algum dia julgou o contrário.

[...]

Duplipensamento significa a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas. O intelectual do Partido [...] sabe que está manipulando a realidade; mas, graças ao exercício do duplipensamento, ele também se convence que a realidade não está sendo violada. O processo precisa ser consciente, do contrário não seria conduzido com a adequada precisão, mas também precisa ser inconsciente, do contrário traria consigo um sentimento de falsidade e, portanto, de culpa. (2009, p. 250-252).

⁹ “A partir daí, nós podemos chegar à proposição de que uma vez que nada é absolutamente verdadeiro, qualquer coisa *pode* ser verdade. E se qualquer coisa pode ser verdade, se você se esforça o suficiente, basta um pouco de convicção emocional para fazer com que vire verdade” (p. 197-198).

¹⁰ A analogia com o conceito de duplipensamento foi inspirado no trabalho de Benson e Kirsch (2010b). Entretanto, enquanto os autores usam esse conceito para explicar a noção de oximoros corporativos, optamos por utilizar a ideia de duplipensamento para ilustrar situações de dissonância cognitiva.

Esse processo de dissonância cognitiva se mostra como uma explicação plausível para o fato de tantas pessoas defenderem a mineração contra as críticas que recebem sem se sentirem culpadas ou entrarem em conflito pessoal. Ele é promovido especialmente pela cultura corporativa das mineradoras. Existe dentro das empresas a permanente confiança de que problemas passados foram consequência de erros específicos e de que esses não se repetirão. “[E]xpressões de confiança são também exemplos da forma como as pessoas trabalhando no setor mineral buscam legitimar suas ações através de instrumentos narrativos que promovem uma visão otimista” (KIRSCH, 2014, p. 134). Essa confiança e esse otimismo no setor são aspectos fundamentais para que a reação à crítica seja melhor elaborada e levada a cabo.

A dissonância cognitiva, ou “duplipensamento”, tem sido também um dispositivo identificado pela Rede de Pesquisa Rio Doce como estratégia das empresas na condução das negociações para fins de reparação dos danos causados por elas em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. A postura dos empregados da Samarco (como primeiros negociadores do caso do Rio Doce), da Fundação Renova e dos advogados das três empresas (Samarco, Vale e BHP Billiton) confirma as teses de Pynchon, Fromm, Harrington e Orwell. Somente pela percepção de que há uma apropriação da “verdade da empresa” pelos seus prepostos é que se pode compreender a maneira pela qual têm sido conduzidas as negociações judiciais e extrajudiciais do caso. De outra forma não seria possível aos representantes dos interesses das mineradoras conviver com os danos causados às pessoas, à natureza e aos territórios sem serem seriamente afetadas por isso.

Esse cenário se torna ainda mais desafiador quando as corporações são capazes de produzir a dissonância cognitiva também em agentes do Estado, que acabam por promover um acesso facilitado às instâncias decisórias, resultando em um poder desproporcional, como no caso das empresas mineradoras no Brasil. Essa relação entre as corporações e o Estado não se limita, todavia, à produção do duplipensamento, mas chega às vias concretas de alternar seus próprios agentes entre as esferas do domínio público-estatal e da iniciativa privada.

CAMINHOS ÉTICOS E EPISTEMOLÓGICOS

Captura acadêmica

Uma questão que também se coloca como desafiadora no contexto da realização de uma pesquisa crítica sobre o rompimento da barragem de Fundão é a captura acadêmica por parte das empresas mineradoras. Para além do sistema de porta giratória com relação às agências de fomento, já mencionado anteriormente, existe a presença não apenas da Vale e da Samarco, mas mesmo da Fundação Renova nas universidades, financiando diretamente a pesquisa a ser realizada. Nesse sentido, o financiamento direto da pesquisa pela parte interessada pode gerar sérios conflitos de interesse em relação ao desenvolvimento da pesquisa. Além disso, como convênios firmados entre empresas privada e universidades públicas podem incluir cláusulas de confidencialidade, há o risco de resultados produzidos por cientistas em universidades públicas não serem colocados à disposição da população.

Devido ao histórico da Vale e da Samarco nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em muitos casos, a relação entre pesquisadores e empresa vem de longa data, por meio do financiamento de projetos de pesquisa. Essa aproximação é particularmente forte na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Para além dessas parcerias de existência mais longas, há também novas iniciativas. Nesse sentido foi emblemático o convênio firmado entre a Fundação Renova e a Universidade Federal de Viçosa, para que essa última atuasse em projetos aplicados às demandas do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) e da Fundação Renova (Fundação Renova, 2018). É também interessante ressaltar o convênio de cooperação assinado, em 2013, entre o ITV e a UFOP que resultou na criação Parque Laboratorial do Instituto Tecnológico Vale, inaugurado, em 2017, no *campus* desta mesma Instituição de Ensino Superior.

As parcerias das mineradoras com institutos de pesquisa não se limitam a questões técnicas nas áreas de mineração ou meio ambiente. Por exemplo, desde 2011 a Vale integrava o Conselho de Curadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 2017, a FGV foi escolhida para realizar o diagnóstico dos danos socioeconômicos causados pelo rompimento da

barragem de Fundão. Esta escolha foi denunciada pela Promotoria de Fundações do Ministério Público do Rio de Janeiro, pelo alinhamento de interesses (Rodrigues, 2018), o que conduziu à suspensão da FGV como possível realizadora do referido diagnóstico, situação revertida por meio de decisão judicial¹¹.

É de relevância mencionar que, na perspectiva do desastre de Fundão, o não alinhamento da academia com fomentos vindos de empresas não conduz a uma imobilidade de pesquisadores e grupos de pesquisas nos territórios afetados. Nesse sentido, ressalta-se que assessorias técnicas independentes, autônomas e escolhidas pelas próprias pessoas atingidas têm sido requeridas como um direito ao longo de toda a bacia do Rio Doce. Até o momento da escrita deste texto, apenas os municípios de Barra Longa e Mariana, ambos em Minas Gerais, tiveram as assessorias técnicas implementadas.¹² Nestes municípios, as entidades que desempenham a função de assessoria técnica das pessoas atingidas têm recebido o apoio e feito parcerias com acadêmicos de distintas universidades.

Pela necessidade de uma perspectiva crítica na pesquisa

Ao focarmos na atuação da Rede, especialmente no que tange ao posicionamento social e no campo epistemológico de seu grupo de pesquisadores, ressalta-se a adoção de uma perspectiva “crítica”. Remete-se aqui à correspondência de seu fazer ciência com alguns dos pilares do que teria fundado a Teoria Crítica, a partir da Escola de Frankfurt, cujas diversas matizes se desenvolveram e diversificaram-se no decorrer da história (RUSH, 2016).

No que diz respeito ao marco teórico específico dos Direitos Humanos, a relevância de uma teoria crítica dos mesmos se faz ainda mais necessária, uma vez que a captura do potencial de resistência de seu

¹¹ Decisão proferida pelo Juízo da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, no dia 03 de maio de 2018, nos autos da Ação Civil Pública 69758-61.2015.4.01.3400.

¹² A primeira assessoria técnica a ser implementada foi a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, em Mariana, e, em seguida, a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), em Barra Longa.

conteúdo teórico e normativo, pode contribuir para que a defesa dos Direitos Humanos seja apenas retórica, ou, o que seria mais grave, se coloque em meio a um vazio conceitual, capaz inclusive de referendar violações à dignidade humana, sob o viés de ponderações no choque entre direitos, e legitimado sob a alegação da própria defesa dos Direitos Humanos. Como menciona Joaquin Herrera Flores (2009, p. 25):

Nosso compromisso, na qualidade de pessoas que refletem sobre – e se comprometem com – os direitos humanos, reside em “colocar frases” às práticas sociais de indivíduos e grupos que lutam cotidianamente para que esses “fatos” que ocorram nos contextos concretos e materiais em que vivemos possam ser transformados em outros mais justos, equilibrados e igualitários. Por isso, a verdade é posta por aqueles que lutam pelos direitos. A nós compete o papel de colocar as frases. E esse é o único modo de ir complementando a teoria com a prática e com as dinâmicas sociais: chave de critério de verdade de toda reflexão intelectual.

Concluindo, e reforçando, portanto, a crítica de Herrera Flores (2009), não podemos considerar os Direitos Humanos como algo autônomo, sem contato com a realidade, ou neutro, ou seja “de toda a humanidade”, sem apontar para as complexidades e diferenciações de pontos de partida e chegada, e nem ao menos “conseguido”, garantido pelas abstrações normativas. Desta forma, ser um pesquisador que esteja no campo dos Direitos Humanos é ser um dos atores que contribuam para a tradução das lutas sociais, que reúnem vários outros atores em disputa nos territórios, advindos de diferentes lugares e formações.

Desse modo, a perspectiva crítica fundamenta-se também na consideração de saberes diversos que rompem com a hegemonia de um saber exclusivamente técnico-científico, já que assume a necessidade de valorização do saber das pessoas para um processo conjunto de construção do conhecimento. Esse construir “com” não afeta a cientificidade dos processos ou reduz seu rigor teórico-metodológico, mas busca reconhecer, de acordo com Michel Foucault (1999), os saberes que dentro de uma rede de poderes/saberes são, muitas vezes, desqualificados por contrastarem com saberes considerados científicos e emergem, de acordo com o autor, como “saberes sujeitados”:

Por “saberes sujeitados”, eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. [...] esse saber que denominarei, se quiserem, o “saber das pessoas” (e que não é de modo algum um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve sua força apenas à contundência que opõe a todos aqueles que o rodeiam). (1999, p. 12).

Nesse sentido, é a partir do campo, ou seja, dele para fora e de volta para ele, que se espera alcançar as complexidades reais dos processos que são travados, neste caso mais especialmente, frente ao desastre de Fundão. Isso implica dizer, como veremos na seção seguinte, que as explorações a serem tecidas frente ao desastre não estão alijadas das lutas, embates e conflitos cotidianos observados; não estão afastadas dos saberes locais, populares, comuns, sujeitados.

ALGUMAS QUESTÕES ASSOCIADAS À PESQUISA DE CAMPO

As dificuldades de obtenção de informação não ocorrem apenas quando estamos lidando com representantes do setor de mineração. Trabalhos de campo em comunidades afetadas também muitas vezes apresentam algumas limitações para serem levados adiante. Entre elas pode ser mencionado o medo que alguns atingidos têm de serem reconhecidos como opositores às empresas mineradoras e receberem, uma vez mais, implicações em esferas diversas (negativa de ressarcimentos ou do reconhecimento como “pessoas atingidas”, indenizações desiguais etc.). Outro problema comum são as contínuas visitas por diferentes grupos de pesquisadores que não apenas levam ao desgaste emocional dos atingidos, como podem também gerar o sentimento de estarem sendo usados como informantes e fornecedores de dados para o desenvolvimento de trabalhos que, muitas vezes, não retornam às comunidades os resultados alcançados.

No primeiro caso, ou seja, se consideramos o sentimento de medo das pessoas atingidas, isso em muito se deve ao poder econômico que as mineradoras têm nas regiões afetadas. Por exemplo, Miguel Felipe, pesquisador do Grupo Terra da UFJF, em comunicação pessoal, relatou que, em visita a Regência (ES), em 17 de novembro de 2015, seu grupo de pesquisa foi recebido com desconfiança por pescadores que já estavam contratados pela Ocean Pact (prestadora de serviço da Samarco) para colocar as boias que “evitariam” que a lama atingisse as unidades de conservação. Segundo Felipe, ao tentarem entrevistar alguns desses pescadores, eles desconversaram e não participaram da pesquisa. Informações só foram obtidas, posteriormente, junto a pescadores que não haviam sido contratados pelas empresas.

De forma semelhante, uma militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) relatou que, em visita às comunidades atingidas na zona rural de Mariana, logo nos primeiros dias após o rompimento da barragem, havia pessoas que afirmavam não querer falar sobre a Samarco, pois tinham parentes que lá trabalhavam e não queriam que fossem comprometidos. Esse tipo de comportamento não é exclusivo da realidade da Samarco, ou de Mariana. Sentimento semelhante foi apresentado por entrevistados em Itabira, durante uma pesquisa sobre a Vale, em 2015:

[...] as pessoas [...] foram criadas com o nível de dependência de dominação tão grande. Diz não mexer com a Vale não... meu filho um dia pode trabalhar lá [...] Não vou mexer não, porque meu irmão trabalha lá. Não vou mexer porque meu tio trabalha. Sabe essas coisas, né? Tá tudo circulando em volta dela, em torno. Ela é dominadora mesmo, né? Por isso, a cidade não grita. (Cf. GUIMARÃES & MILANEZ, 2017)

Já o problema identificado e que diz respeito à grande presença de pesquisadores ao longo da bacia do Rio Doce após o desastre revela que esse assédio gerou e tem gerado diferentes sentimentos entre as pessoas atingidas. Em conversa com uma assessora técnica das pessoas atingidas em Barra Longa, em dezembro de 2017, foi mencionado que houve um momento de grande afluência de pesquisadores, alunos de universidade etc. Tal “avalanche” de entrevistadores, não apenas expu-

nha demasiadamente os atingidos, como também provocava o risco de gerar considerável estresse.

Passados dois anos do rompimento, a assessora identificou outro sentimento surgindo entre os atingidos: o de terem sido apenas usados. Em muitos dos casos, os pesquisadores chegavam, coletavam seus dados e iam embora. A maioria não havia desenvolvido vínculo com as comunidades, nem mesmo práticas de devolução dos resultados da pesquisa. Esse cansaço da participação de pesquisas, em certos aspectos, pode ter se transformando em uma predisposição a não participar de atividades promovidas por universidades, mesmo aquelas de extensão ou desenvolvidas em conjunto com as assessorias técnicas.

É também mister ressaltar que, no caso do desastre de Fundão, muitas comunidades sequer tinham relações com os impactos advindos de práticas extrativas minerárias. Nesse sentido, passaram, de uma hora para a outra, a ter que lidar com conceitos, denominações, normativas, pessoas de distintas áreas técnicas, representantes de órgãos públicos e trabalhadores de empresas terceirizadas em seus territórios numa dinâmica que escapava de seus cotidianos. Tal fato dificultava a identificação e a percepção dos processos e daqueles que estavam nos territórios para auxiliá-los na conquista de seus direitos ou que meramente representavam as empresas e que promoviam ainda mais violações na tentativa de minimizar reparações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo buscamos descrever alguns dos desafios referentes à realização de uma pesquisa independente e crítica quanto ao desastre no Rio Doce resultante do rompimento da barragem de Fundão. Primeiramente, discutimos como as grandes corporações respondem à crítica social e, especialmente, como constroem e lidam com a informação e o conhecimento nesse processo. Em segundo lugar, comentamos sobre a influência política das empresas mineradoras no Brasil, não apenas devido ao seu poder econômico, mas também por táticas específicas utilizadas para influenciar a tomada de decisão pelos órgãos de Estado. Em seguida, tratamos da dificuldade de obter informações junto a empresas mineradoras, principalmente associado à incapacidade das pessoas do

setor de perceberem os danos que causam. Dessa forma, críticas vindas de fora seriam sempre tratadas como invenções ou, na melhor das hipóteses, exageros. Então, apontamos para o papel da academia, descrevemos como há infiltração das mineradoras em diferentes instituições de pesquisa e contrapomos tal prática apresentando as perspectivas adotadas por nossos grupos de pesquisa. Por fim, comentamos sobre algumas particularidades do trabalho de campo no contexto específico do Rio Doce, mencionando sobre o medo que as pessoas têm de falar mal da Samarco e do cuidado que se deve ter no tratamento com os atingidos, para não gerar uma sobrecarga e desgaste emocional ou psicológico.

Dado esse cenário, como agir? Dentro das escolhas feitas por nossa rede de pesquisa, a superação de tal desafio passa necessariamente pela atuação conjunta entre pesquisa e extensão e por uma postura que, em vez de deslegitimar os saberes das pessoas, busca construir o conhecimento a partir do pesquisar e trabalhar “com”. Entendemos que a universidade é apenas um dos agentes envolvidos nesse debate e não necessariamente o mais poderoso. Antes de mais nada, temos de considerar que a própria universidade é um campo em disputa, onde diferentes interesses e motivações se manifestam. Para além das lutas internas, precisamos disputar por recursos oriundos de fontes de financiamento que também possuem parcerias explícitas com os responsáveis pelo desastre.

Sozinhos, pesquisadores que tentam fazer um trabalho crítico e independente não têm condições de superar tais barreiras. Por outro lado, precisamos entender como, com quem e para quem fazemos ciência. Dessa forma, envolver os atingidos em um processo de investigação ativa, onde não apenas se compartilhe saberes, mas se mobilize para a atuação política parece ser o caminho a ser construído. Nesse sentido, o envolvimento de movimentos sociais, associações e coletivos se torna passo fundamental para a formação de tal articulação. Somando forças, atingidos e pesquisadores engajados, aumentam sua capacidade de resistências e de mudança. Tal aliança não garante a superação de desafios, mas se mostra como uma condição para isso.

REFERÊNCIAS

- BENSON, P.; KIRSCH, S. Capitalism and the Politics of Resignation. **Current Anthropology**, v. 51, n. 4, p. , 459-486, 2010a.
- _____. Corporate oxymorons. **Dialectical anthropology**, v. 34, n. 1, p. 45-48, 2010b.
- BIANCHETTI, M. **Mineração**: setor repensa práticas de exploração e de produção. **Diário do Comércio**, 1 dez. 2016. Disponível em: <http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=mineracao_setor_repensa_praticas_de_exploracao_e_de_producao&id=175739>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- CARNEIRO JÚNIOR, S. Sandoval Carneiro Júnior. **Plataforma Lattes**. 12 out. 2016. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3900587982286582>>. Acesso em: 7 mar. 2018.
- COELHO, T. P.; MILANEZ, B.; GIFFONI PINTO, R. A empresa, o Estado e as comunidades. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Eds.). **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton. Vol. 2. Marabá: Editorial iGuana, 2016. p. 183-227.
- DALE, G. Sustaining what?: Scarcity, growth and the natural order in the discourse on sustainability. In: CARADONNA, J. L. (Ed.). **Routledge Handbook of the History of Sustainability**. Abingdon; New York: Routledge, 2018. p. 71-95.
- DESJARDINS, R.; MONDERIE, R. The hole story. Direção de Richard Desjardins e Robert Monderie. Produção de Colette Loumède. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.nfb.ca/film/hole_story/>.
- Diário Oficial da União. Processo Nº 23038.005088/2015-19. 18 nov. 2015, p. 39. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/11/2015&jornal=3&pagina=39&-totalArquivos=280>>.
- Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Edital marca convênio entre Vale, Fapes e FAPERJ, 20 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.faperj.br/?id=2991.2.4>>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. VALE-FAPEMIG-FAPESPA, 18 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/5566>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FUCHS, D. Theorizing the power of global companies. In: MIKLER, J. (Ed.). **The handbook of global companies**. West Sussex: John Wiley & Sons, 2013. p. 77-95.
- FUNDAÇÃO RENOVA. Parceria entre Fundação Renova e Universidade Federal de Viçosa busca incentivar pesquisas na bacia do rio Doce, 30 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.fundacaorenova.org/noticia/parceria-entre-fundacao-renova-e-universidade-federal-de-vicosa-busca-incentivar-pesquisas-na-bacia-do-rio-doce/>>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- GUIMARÃES, C. L.; MILANEZ, B. Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 41, p. 215-236, 2017.
- HARRINGTON, A. **Life in the crystal palace**. New York: Alfred A. Knopf, Inc, 1959.
- HERRERA FLORES, J. A **(re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Editora Boiteux, 2009.
- HUMPHREYS, D. **The remaking of the mining industry**. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2015.
- IBRAM. Rio+20: IBRAM mostra que mineração é sustentável. **Indústria da Mineração**, ano VII, n. 55, p. 14, 2012.
- KIRSCH, S. Sustainable mining. **Dialectical anthropology**, v. 34, n. 1, p. 87-93, 2010.
- _____. **Mining capitalism: The relationship between corporations and their critics**: University of California Press, 2014.
- MACDONALD, A. **Industry in transition a profile of the North American mining sector**. Winnipeg: International Institute for Sustainable Development, 2002.
- MACIEL, A. Subsecretária ambiental pede licença e assina com mineradora para aprovar barragem maior que Mariana. **The Intercept Brasil**, 1 fev. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/02/01/subsecretaria-de-orgao-ambiental-ajuda-mineradora-a-aprovar-barragem-maior-que-mariana/>>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- MELLO, L.E.A.M. Luiz Eugenio Araujo de Moraes Mello. **Plataforma Lattes**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4462750801249231>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

- MILANEZ, B.; COELHO, T. P.; WANDERLEY, L. J. O projeto mineral no Governo Temer: menos Estado, mais mercado. **Versos – Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2017.
- OLIVEIRA, C. R. **Quem é quem nas discussões do novo código da mineração**. Rio de Janeiro: IBASE, 2013.
- _____. **Quem é quem nas discussões do novo código da mineração 2014**. Rio de Janeiro: IBASE, 2015.
- ORWELL, G. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PORTER, T.; BROWN, S. Why, when and how companies get organized. In: MIKLER, J. (Ed.). **The handbook of global companies**. West Sussex: John Wiley & Sons, 2013. p. 96-112.
- PYNCHON, T. Posfácio. In: ORWELL, G. (Ed.). 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 395-414.
- RODRIGUES, L. MPRJ rejeita contrato entre Samarco e FGV para análise de danos de tragédia. **Agência Brasil**, 26 jan. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/mprj-rejeita-contrato-entre-samarco-e-fgv-para-analise-de-danos-de-tragedia>>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- RUIZ, R. M.; DINIZ, C. C. **Minas e Mineração no Século XXI: Desenvolvimento e tecnologias para sustentabilidade econômica e ambiental – Documento síntese**. Belo Horizonte: Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, 2016.
- RUSH, F. **Teoria crítica**. São Paulo: Ideias&Letras, 2016.
- SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o desenvolvimento como poder**. São Paulo: Vozes, 2000.
- SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. A construção do desastre e a “privatização” da regulação mineral: reflexões a partir do caso do vale do rio Doce. In: ZHOURI, A. (Ed.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018. p. 111-154.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2014**. Disponível em: <<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

- ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; VASCONCELOS, M. O desastre no rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, A. (Ed.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018. p. 28-64.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.